

IVAN ITO MESSIAS DE OLIVEIRA JÚNIOR

PROVA ILÍCITA-INADMISSIBILIDADE RELATIVA

RECIFE- 2002

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO - UFPE
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS
CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO
MESTRADO EM DIREITO

IVAN ITO MESSIAS DE OLIVEIRA JÚNIOR

PROVA ILÍCITA-INADMISSIBILIDADE RELATIVA

Dissertação de mestrado apresentada ao curso de Mestrado em Direito da Universidade Federal de Pernambuco, realizada sob a orientação do Professor Doutor Ivo Dantas, como requisito parcial para a obtenção do grau de mestre.

Resumo

A dissertação trata da prova ilícita, a partir da evolução histórica da dilação probatória estuda-se a prova nas áreas cível e penal, os **princípios vetores da autoridade, no processo civil, e o princípio publicista, no processo penal**.

Procede-se analisando as fases da dilação probatória para centrar o estudo do tema no contexto da Teoria Geral da Prova, em seguida, desenvolve-se, após a introdução dos temas comuns a toda espécie de prova, a conceituação da **prova ilícita**, informando-se elementos de Direito Comparado e situando-se o tema na ótica da Justiça brasileira.

O texto questiona os rigores da inadmissibilidade de plano da prova de origem ilícita ou ilicitamente obtida e suas derivações que desembocam na construção denominada “árvore dos frutos envenenados”, em detrimento da verdade material.

Sugere-se a flexibilização da inadmissibilidade de plano, devolvendo-se ao juiz a discricionariedade para observar e decidir in concreto sobre a conveniência ou não da admissibilidade da prova trazida aos autos, segundo a anamnese dos fatos, sem embargo da eventual responsabilidade penal daquele que cometeu abusos e obrou a ilicitude na produção da prova por sua própria conta e risco.

Índice

Introdução

1. A prova

- 1.1 Conceito
- 1.2 Evolução histórica

2. O *due process of law* e o princípio do contraditório

- 2.1 Direitos e garantias
- 2.2 Direitos e garantias individuais
- 2.3. Princípios de proteção jurídica
- 2.4. O direito de acesso à justiça
- 2.5 A constrição da liberdade ou bens e o devido processo legal
- 2.6 O contraditório e a ampla defesa

3. O objeto da prova no processo civil

- 3.1 Fatos controvertidos
- 3.2 Fatos que independem de prova
- 3.3 A prova do direito, da vigência e do texto
- 3.4 Modalidades de prova
- 3.5 A revelia e a confissão ficta

4. O objeto da prova no processo penal

- 4.1 O art. 156 do CPPB
- 4.2 O direito de silêncio do réu e sua interpretação à luz do art. 5º, LXIII da CF e do art. 186 do CPPB
- 4.3 O arquivamento do inquérito por insuficiência de prova
- 4.4 A absolvição por insuficiência de prova

5. O procedimento probatório

- 5.1 A proposição ou indicação
- 5.2 A admissão

- 5.3 A produção**
- 5.4 A preclusão da prova no processo civil**
- 5.5 A preclusão da prova no processo penal**

6. A valoração da prova

- 6.1 Sistemas de apreciação das provas**
- 6.2 O critério legal e o tarifamento da prova**
- 6.3 O sistema da livre convicção**
- 6.4 O sistema da persuasão racional**

7. Da validade das provas

- 7.1 Legalidade e legitimidade**
- 7.2 Prova ilegal, ilegítima, ilícita e criminosa**
- 7.3 O conceito de meio ilícito**
- 7.4 A prova ilícita por derivação**
- 7.5 A ilicitude da prova e a Constituição Federal**

8. A prova ilícita e o processo penal

- 8.1 A prova ilícita e o princípio da verdade real no processo penal**
- 8.2 A prova ilícita no processo civil**
- 8.3 A prova emprestada da sede penal para o juízo cível e o art. 5º, XII da Constituição**

9. As inviolabilidades

- 9.1 A inviolabilidade da privacidade**
- 9.2 A inviolabilidade do domicílio**
- 9.3 A inviolabilidade do sigilo de correspondência, das comunicações telefônicas e dados**
- 9.4 A inviolabilidade do sigilo bancário e fiscal**

10. Conclusão

- 10.1 A proposta de flexibilização da inadmissibilidade absoluta da prova ilícita pela adoção da teoria da proporcionalidade e a interpretação sistemática do texto constitucional**
- 10.2 A Emenda Constitucional**
- 10.3 Considerações finais**